

PAPEL DA ESCOLA DIANTE DA ESCOLHA DA POPULAÇÃO CAMONESA: PERMANECER OU SAIR DO CAMPO

MARI SELOI FERREIRA BATISTA DE OLIVEIRA[1]
JOSÉ GUILHERME FRANCO GONZAGA[2]

Círculo de Saber 12 - Formação da Juventude

Resumo: O presente trabalho trata de uma pesquisa a partir das concepções de estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aracy Vieira do Amaral, bem como de jovens/adultos, moradores do território do educandário, situada no Sexto Distrito – Touro Passo do município de Rosário do Sul-RS. O trabalho tem por objetivo refletir sobre o papel da escola na permanência ou saída do jovem/adulto do campo. Sendo contextualizados os dados coletados a partir das observações diárias, conversas informais, levando em consideração o papel da escola quanto a interferir ou não nesse processo. Para isso utilizamos como método de coleta de dados observação diária do cotidiano escolar e comunidade,assim como conversas informais com moradores e não moradores da localidade.

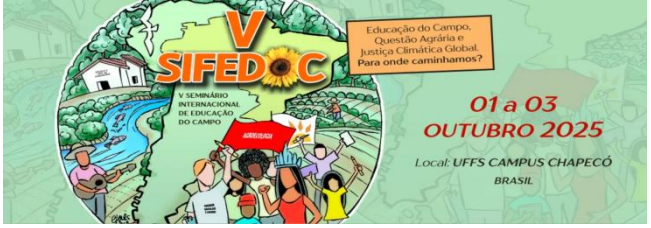
PALAVRAS-CHAVE: Permanecer no Campo. Sair do Campo. Papel de escola.

JUVENTUDE DO CAMPO: TERRITÓRIO DA PESQUISA

O presente trabalho trata de uma pesquisa sobre o sentido da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aracy Vieira do Amaral situada em Touro Passo, 6º Distrito do município de Rosário do Sul – RS, para a população do território onde a escola está inserida. Os sujeitos com os quais buscamos dialogar nesta pesquisa são em sua maioria filhos de famílias pertencentes à agricultura familiar e de famílias empregadas de fazendas e lavouras existentes na região.

O Município de Rosário do Sul, segundo documento do Núcleo de Estudos Agrários da UFRGS (MEDEIROS, 2012), em 2012 tinha um índice GINI de concentração fundiária correspondente à 0,751. Considerando que o índice tem uma escala aonde o valor 0 (zero) corresponde à igualdade de distribuição de terras e o valor 1 (um) corresponde ao mais alto grau de concentração, podemos concluir que

[1] Egressa do Curso de Educação do Campo - Licenciatura Unipampa, professora de Educação Básica da rede municipal de ensino de Rosário do Sul - RS. E-mail: msfoliveira81@gmail.com
[2] Doutor em Educação, Docente da Unipampa - Curso de Educação do Campo. E-mail: joguigon@gmail.com



Rosário do Sul apresenta um grau de concentração elevado. Essa informação, conforme veremos adiante, tem impacto no tema estudado neste trabalho.

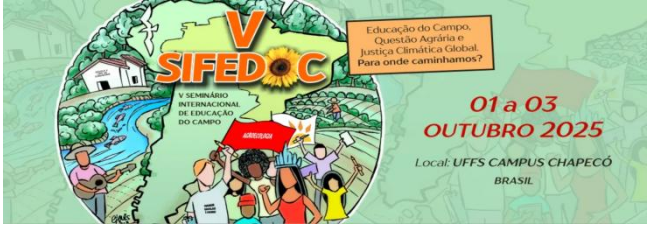
O território é constituído de pequenos e médios estabelecimentos de pecuaristas familiares, distribuídos entre grandes propriedades. Observa-se que nesse espaço o vínculo com o território é mais com lugar, onde pertencer àquele território é o discurso empregado nas falas dos moradores, não ouve-se em nenhum momento posicionamentos que remeta à pertença a uma comunidade, grupo ou associação.

O objetivo principal é tentar compreender o que pensa a população que frequenta esta escola, buscando com isso melhorar sua participação no processo de ensino aprendizagem e atuação no seu ambiente de origem, visto que supõe-se viver em uma comunidade, mas como já foi dito não há vínculos comunitários nesta localidade.

JUVENTUDE DO CAMPO: MÉTODOS E ABORDAGENS

Para elaborar o presente trabalho tomou-se por base a relação que a autora possui com a escola e o território investigado, visto a mesma residir na localidade, onde, com observações diárias da comunidade escolar e arredores foi possível coletar informações informalmente do ambiente, bem como do comportamento dos jovens estudantes do educandário e moradores do território. Diante disso, TRIVIÑOS (1990), aponta que a pesquisa deve estar de acordo com a realidade do pesquisador ou com a prática que realiza profissionalmente. Estar inserido no ambiente de pesquisa, segundo o autor, é propício para compreender o contexto.

No decorrer desse tempo, realizou-se visitas a moradores do território da escola, sendo realizado diálogos com famílias que possuem jovens que concluíram a educação básica e permaneceram no campo, assim como às famílias, onde jovens migraram para a zona urbana em busca de estudo e trabalho, e também com aqueles que pararam com os estudos para trabalhar em suas propriedades rurais, pois é importante ouvir o jovem que fizeram e fazem parte da escola e comunidade do campo.



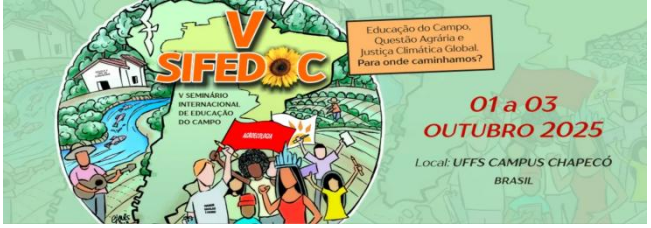
Autores, como ALVES, CASTRO, MARTINS E LIBÂNEO, assim como artigos que abordam os temas presentes neste trabalho deram sustentação e foram tomados como referência para sistematizar a questão de permanência ou saída de jovens do meio rural, levando em consideração as dificuldades enfrentadas por alunos para a permanência na escola e no campo, identificando o sentido da escola na permanência do jovem no campo.

Buscou-se, entender o processo de permanência ou saída dos jovens do campo, e isso foi possível para a autora, diante das conversas e vivências na escola como estudante, em um primeiro momento, como vizinha, amiga de algumas famílias de estudantes e por fim como estagiária neste educandário, pois, ao estar em contato com o território pode-se, com a colaboração do professor orientador da pesquisa, lançar um olhar imparcial para as questões que se apresentaram diante dos dados coletados acerca do tema do trabalho.

JUVENTUDE DO CAMPO: NECESSIDADE DE ESCOLHAS

Tanto quanto a educação, habitar um determinado território é um direito do ser humano, porém as condições para que os jovens permaneçam ou mantenham os laços com o campo, muitas vezes é árduo, visto as dificuldades enfrentadas pelos mesmos em permanecer em territórios, no qual não se garante acesso aos direitos básicos, como educação, saúde, lazer e outros. Além da precariedade das vias de acesso, desvalorização social, desvalorização econômica do trabalho realizado no campo, descaso do poder público para com as escolas que comprometem a permanência do jovem na zona rural e consequentemente a sucessão familiar, agravando o êxodo rural e o esvaziamento do campo (PERIPOLLI, 2011; TOLEDO E TONI 2016).

Por outro lado, alguns jovens, que residem neste território e frequentam esta escola, apresentam dificuldades de aprendizagem, no entanto, no que se refere ao trabalho realizado por suas famílias, os mesmos demonstram sabedoria ao falar sobre, percebe-se a participação de alguns adolescentes no trabalho realizado nas propriedades. Tarefas como, ajudar na lida de campo (manejo de gado e ovelha), na ordenha das vacas, na limpeza dos locais de trabalho, no racionamento diário de



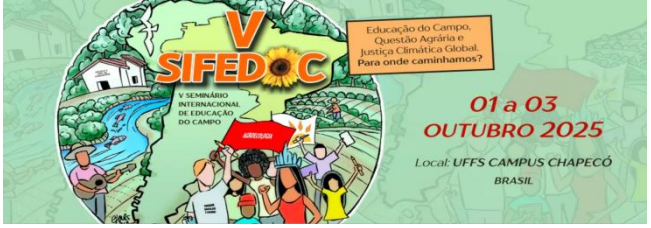
animais, nos processos de plantação e colheita e de tosquia de ovinos são atividades pertinentes a estes jovens. Visto que está se falando de agricultura e pecuária familiar em pequenas e médias propriedades. Com isso, ao interagir com esses adolescentes percebe-se que a maioria sente prazer com o que faz, sentem-se realizados ao retornar da escola para casa, montar um cavalo, e ir para o campo ajudar na “lida”. Nesse sentido, pergunta-se: o trabalho os realiza mais que a escola?

Com essa realidade é instigante entender o que leva o jovem permanecer no campo e como a escola interfere nesse processo, quando percebe o interesse ou desinteresse do jovem pelo que é oferecido na instituição de ensino. Entender como a escola dialoga com a realidade da juventude presente nesse educandário é necessário, para compreender o processo de permanência ou não dos jovens no campo.

O fato de pertencer ao campo, de trabalhar em seus lugares de origem, de estar com sua família, rebate com a busca por qualificação e oportunidades fora do meio rural, pois ainda são remotas as oportunidades para qualificação profissional sem precisar sair do campo, com isso, a escolaridade tem influência na mobilidade das populações do campo, como afirma ALVES:

> A persistência de baixos investimentos na escola primária (ensino regular) e os baixos níveis de escolaridades da população rural acabam conduzindo os menos letrados a transpor barreiras da mobilidade levando as famílias a migrar. A maior escolaridade intensifica e antecipa o êxodo (ALVES, p.30, 2006).

Acerca disso, deve-se considerar os conhecimentos existentes e adquiridos no meio familiar, no trabalho e na convivência em sociedade no território de origem dos jovens é pertinente, tendo a sala de aula como um lugar de socialização e sistematização dessas experiências. Para isso as políticas públicas preveem a pedagogia de alternância como uma forma de garantir o ensino às populações do campo, não sendo necessária a migração dessa população para os centros urbanos. Pensar formas de garantir a vida no campo, com qualidade e acesso ao que é de direito dos sujeitos que habitam esses territórios é necessário, possibilitando ao jovem permanecer no campo com condições de evoluir economicamente, culturalmente e intelectualmente. Evitando o êxodo forçado quando por vezes é visto



jovens migrando para cidade, por não ver seu ambiente de origem como um lugar que lhe permita viver com dignidade.

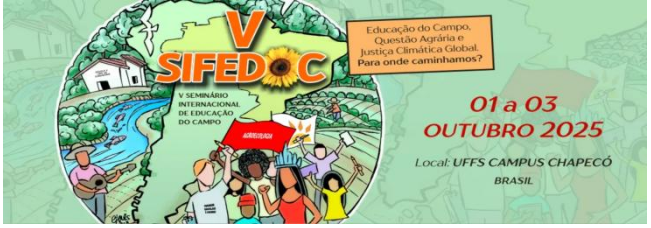
Entre estas preocupações, surge com maior destaque a busca pela continuidade dos estudos e a formação acadêmica. Para isso, pensar no currículo escolar vigente nas escolas do campo é necessário, pois esse ambiente tem e sempre teve sua identidade, sua história, sua cultura, o que torna o campo tão importante quanto a cidade. Os currículos de maneira geral não são pensados para os sujeitos do campo, o que leva a escola ofertar ao aluno um ensino voltado para realidades urbanas, sendo assim, a escola toma por base os currículos e o executa ficando a critério do educador a educação contextualizada.

Também é possível perceber, como nos diz ARROYO (2017), MARTINS (1995), que a visão hegemônica enxerga o campo como lugar de atraso, representada na imagem de personagens como Jeca Tatu, *Mazzaropi*, entre outros, como lugar sem cultura, de saberes menos valorizados, onde poucas letras dão conta de atender esses sujeitos, onde apenas noções básicas é necessário aos sujeitos desses espaços.

> “A história do pensamento pedagógico desde a colonização e desde o trato dos trabalhadores como escravos, não como humanos, foi marcada e continua marcada por não pensar os trabalhadores, sobretudo do campo, como educáveis, mas apenas como alfabetizáveis, como letráveis” ARROYO, 2017.

Com isso, influenciados por estas ideologias alheias, alguns jovens veem o campo como lugar de atraso e a cidade como lugar de progresso, a partir do momento de que ao jovem do campo é atribuído certo desmerecimento à sua cultura, levando-o a buscar por uma nova identidade. No entanto, MARTINS (1995) aborda que as características tradicionais, de um determinado lugar são essenciais, pois tais características viabiliza o lugar a adquirir meios de produção, pois o campo possui extraordinárias variedades de características próprias que o permite desenvolver-se.

ARROYO (2017) aponta que embora ainda exista comodismo e aceitação por parte dos povos do campo ao que lhe é oferecido, as lutas pelos reconhecimentos dos direitos desses povos já são frequentes, mesmo que o sistema, para sair da

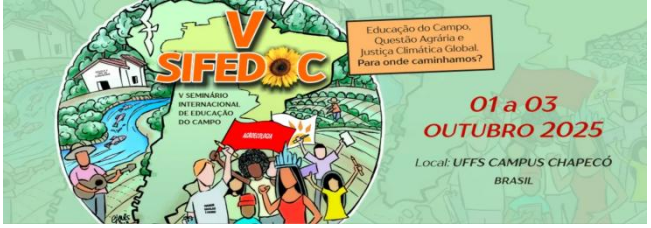


responsabilidade, remeta-a aos próprios sujeitos do campo, quando atribui a defasagem do ensino do campo à distância, às estradas mal conservadas e até mesmo à abnegação dos sujeitos pela educação. Essa responsabilização não é mais aceita pelos movimentos sociais e os moradores do campo, que exigem uma educação que lhes garanta o direito à educação que respeite suas identidades, seus territórios, saberes e formas de viver.

Diante do descrito acima, pensar o sentido da escola é necessário, quando por vezes a mesma tem sua prática pedagógica baseada na cópia e reprodução, deixando de contextualizar o conteúdo com o contexto a que está inserida, assim tornando o território menos interessante para o jovem (ARROYO, 2017). É preciso desvincular-se da ideia que o campo remete ao arcaico e esse processo cabe a escola realizar, afim de permitir que o jovem, se resolver sair do campo, que o faça consciente do valor do mesmo e do que ele pode oferecer (MARTINS, 1995).

A questão de desigualdade social, também é um fato, onde a desvalorização do trabalho é presente em alguns territórios, levando o jovem desiludir-se quando seu trabalho e produção não são valorizados, talvez a isso, atribua-se a falta de políticas públicas voltadas para o campo, especificamente para a agricultura familiar, e também a ideias de que, o progresso econômico para o campo esteja relacionado com o agronegócio, indo contra as possibilidades de progresso da agricultura familiar (CASTRO, 2012).

E quando acontece a desilusão por parte dos jovens, em relação à permanência no campo, também pensa-se no perfil de escola que está inserida ao território, onde muitas vezes, trata-se de uma escola com profissionais educadores oriundos da zona urbana, sendo que, para trabalhar nestas escolas seria necessário levar em consideração a realidade de cada aluno, fazendo-o pensar o quanto é importante a valorização do meio em que vivem, trazendo essa realidade para sala de aula, aliando teoria e prática. No entanto, muitos educadores são desmotivados com as condições econômicas que os professores são submetidos, com salários que desmotivam o mesmo fazer um trabalho com práticas de ensino de qualidade, assim como afirma LIBÂNEO:



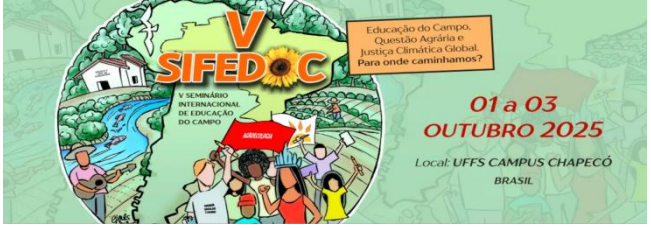
> [...] na prática, os governos têm sido incapazes de garantir a valorização salarial dos professores levando a uma degradação social e econômica da profissão e a um rebaixamento evidente da qualificação profissional dos professores em todo o país. Em outros termos, ao mesmo tempo em que se fala da valorização da educação escolar para a competitividade, para a cidadania, para o consumo, continuam vigorando salários baixos e um reduzido empenho na melhoria da qualidade da formação profissional dos professores. (LIBÂNEO, 2004.p.65).

Porém, acima de tudo, deveria estar o comprometimento com o próximo, no caso, com o aluno, que está à mercê da possibilidade de aquisição do conhecimento transmitido pelo educador, é também pelo trabalho docente que o jovem prepara-se para vida, a partir disso, pensar o sentido da escola em prol da permanência do jovem no campo. Como também no reconhecimento da luta em favor das populações camponesas, para isso, não necessariamente o jovem tenha que permanecer morando no campo, mas que suas raízes sejam fortalecidas em prol da defesa dos direitos e manutenção da identidade camponesa.

JUVENTUDE DO CAMPO: PERMANECER OU SAIR

Nas últimas décadas a educação vem passando por mudanças, desde a educação infantil, ensino fundamental até os cursos universitários. A ampliação e criação de programas, o acesso a bolsas de permanência, têm possibilitado que, pessoas anteriormente excluídas dos bancos escolares, possam ingressar no sistema de ensino. Entretanto, com a nova reforma prevista e proposta pelo governo, que congela por vinte anos gastos com educação, o acesso no que diz respeito à educação, e excepcionalmente quanto a educação rural, correm o risco de ficarem comprometidas e regredir quanto sua estrutura ideológica e econômica. A educação no meio rural, na sua história, foi questionada pelas falhas na sua estrutura, levando o jovem rural pensar e preferir migrar para cidade e para escolas urbanas.

No entanto, segundo a perspectiva da educação do campo, que pensa o processo educativo a partir de uma “educação básica que assumisse, de fato, a identidade do meio rural, não só como forma cultural diferenciada, mas principalmente como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo” (Conferência Nacional por uma Educação do Campo:

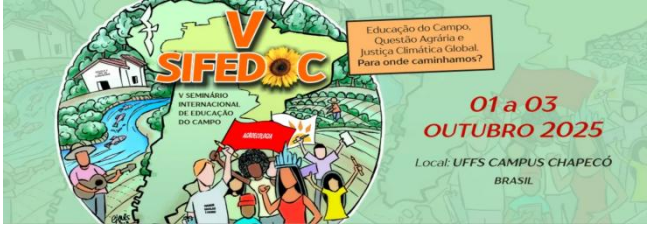


Texto base , Brasília 27 a 31 de julho de 1998) é dever da escola do campo levar para seu aluno a conscientização da importância do meio que vive, ver o local não apenas como um espaço agrícola e da pecuária, mas como um local para morar, desfrutar de lazer e construir meios para sobrevivência digna e de qualidade.

A ausência de uma escola do campo, conforme proposta na conferência citada no parágrafo anterior, vem contribuindo para que a zona rural esteja cada vez menos populosa, pois o município com uma população total de 41.363 habitantes, conforme dados de 2007, o 6º Distrito - Touro Passo contava com uma população de 460 habitantes. Atualmente, segundo informações ainda inconclusas do censo agropecuário de 2017, esse número reduziu. Tal realidade é evidenciada pelo envelhecimento das pessoas que lá habitam, pela natalidade diminuída e pelo crescente êxodo do jovem rural, com isso, tenta-se entender o perfil do jovem que ainda mora nesses territórios, quais suas perspectivas em relação ao meio, a escola e o futuro.

Pode-se observar que a proposição para o campo é no máximo o primeiro grau completo, o que pode justificar a ausência de escolas de ensino médio no campo, confirmando novamente as colocações de ARROYO (2017) quando diz que a visão hegemônica é pensar que ao camponês poucas palavras bastam. No município de Rosário do Sul esta afirmação pode ser confirmada, pois não há nenhuma escola de ensino médio nas áreas rurais do município. Obrigando a quem deseja continuar os estudos a migrar para a área urbana ou se submeter as condições precárias, e muitas vezes inviáveis, de transporte.

Percebe-se também, na escola investigada, a falta de interação entre a comunidade e escola, que dá-se somente em reuniões para entrega de pareceres dos alunos, em confraternizações do dia das mães e pais e datas comemorativas pertinentes ao educandário, no entanto, em conversa informal com alguns pais integrantes do CPM (Círculo de Pais e Mestres), os mesmos colocam que sempre são bem recepcionados pela direção, professores e funcionários da escola, porém para assuntos burocráticos não são convocados, não participam das decisões pertinentes ao funcionamento do educandário. De forma que a população de Touro



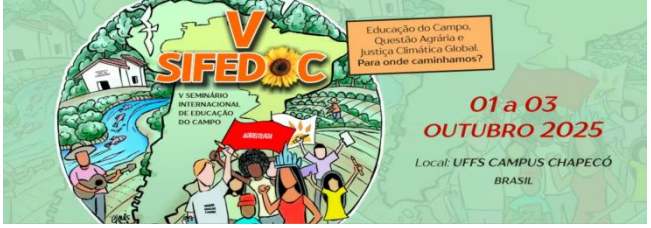
Passos não se sente parte da escola e não sente a escola como parte de seu território: a escola não *é* dali, *está* ali!

Ao conviver com adolescentes, estudantes do educandário, percebe-se que alguns veem os dias que ficam sem aula como ponto positivo e oportunidade para ajudar nas tarefas cotidianas em suas propriedades. Percebe-se um certo desinteresse pela escola, onde a mesma estando em atividade torna-se um atrapalho às tarefas que poderiam realizar se estivessem em casa, pois, estando em casa alguns adolescentes podem ajudar na “lida” cotidiana das propriedades. Diante dessa percepção, é propício pensar que o jovem quando expõe-se dessa maneira está transferindo um recado à escola, pois fica nítido que a mesma, talvez, não esteja trabalhando de acordo com as necessidades e realidades dos alunos, diante das tarefas que os mesmos realizam em suas residências, e isso é perceptível quando os adolescentes preferem o trabalho familiar a ir para escola, é como se a escola não fizesse parte do território e do cotidiano dos jovens.

Com isso, quando o jovem expõe que a escola atrapalha sua vida, o mesmo está sugerindo que a escola deve mudar seu modo de trabalho. Que ele, “aluno”, está ali para estudar, brincar, interagir, e a escola tem que adequar-se ao seu modo de vida, à sua realidade, atender não só as necessidades futuras desses jovens, mas também as suas necessidades imediatas, caso contrário, a mesma não será interessante para ele.

Contudo, o trabalho que exercem em seus cotidianos, também contribui para a vida desses adolescentes, pois o conhecimento que adquirem através da prática diária do trabalho os fazem profissionais em suas áreas e consequentemente os mantem no campo. Ao ouvi-los falar sobre tal decisão é notável que fazem esta escolha, de parar de estudar para trabalhar, porque gostam e identificam-se com ambiente rural e não veem a escola contribuindo para o trabalho que realizam, segundo eles, gostam é da campanha (campo) e da lida (trabalho) do campo, e não sentem vontade de deixar o espaço rural.

Também, nesses momentos de diálogos, obtidos na escola, entre os alunos, percebe-se que, várias são as formas de pensar dos estudantes do campo, onde alguns tem a escola como importante para seu desenvolvimento intelectual e



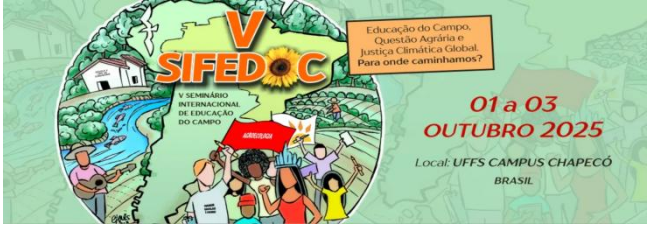
pessoal, visto que ao estar no ambiente escolar o jovem expõe suas vivencias e pretensões quanto a seus futuros, como o de migrar para os centros urbanos em busca de estudo e trabalho ou de parar de estudar e trabalhar nas propriedades junto às suas famílias ou até mesmo em fazendas e lavouras da região, como empregados assalariados.

Para isso, pensar uma educação que contemple as necessidades do jovem do campo e de quem está a trabalhar nesses contextos é necessário, considerando suas realidades, partido de uma prática que efetivamente fortaleça a identidade do camponês e que o faça pensar que o território ao qual pertencem é um espaço de vida, mesmo diante das dificuldades que enfrentam cotidianamente para estar na escola e permanecer no território. Pensar a perspectiva da Educação do Campo, que traga para a escola as especificidades do campo, com respeito a quem está nesse ambiente.

JUVENTUDE DO CAMPO: OUTROS SENTIDOS PARA A ESCOLA

A saída dos jovens do campo, seja pelas difíceis condições de vida nesses espaços, seja para buscar por qualificação, representa uma questão social que necessita um olhar diferente do poder público, pois, reduzidas são as ações para sanar as dificuldades que os jovens, moradores do campo, enfrentam para qualificar-se profissionalmente, sendo essa problemática um dos motivos da saída dos jovens do ambiente rural, sem contar nas possibilidades que os jovens visualizam quanto ao retorno financeiro imediato, ou seja, mensal, fora do ambiente rural.

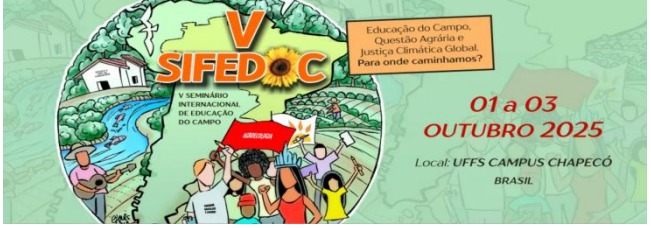
Nesse sentido, é necessário pensar uma educação voltada para os jovens do campo que atenda suas necessidades e que contribua para melhores condições de vida, permitindo, ao jovem, autonomia frente as suas decisões. Para isso, à escola cabe contextualizar o ambiente em que está inserida, assim como a realidade do aluno, pois o educando deve sentir que escola faz parte de sua realidade, que a mesma é importante para suas tomadas de decisões.



Estratégias futuras, como cursos técnicos e universitários, através da pedagogia de alternância, poderia contribuir para a formação dos jovens do campo, para que, ao se tornarem independentes, os jovens possam escolher permanecer no campo, alicerçados por uma formação, visto que nesse período da juventude, os jovens estão construindo e planejando o futuro, mesmo sendo dependentes, normalmente subordinados aos pais. É perceptível que está cada vez mais reduzida a renovação de lideranças camponesas, resultando no esvaziamento do campo, e se a escola a que estão inseridos trabalha em uma perspectiva urbana mais reforça essa realidade.

Todavia, se a escola trabalhar em uma perspectiva da educação do campo, poderia contribuir para que o jovem refletisse sobre sua pertença ao campo, e desta forma, a escola estaria contribuindo para o desenvolvimento do território, partindo do incentivo quanto a organização e ao trabalho coletivo, entre os moradores e a escola. Diante disso, talvez o processo de evasão rural fosse menor, pois os laços de amizade e parceria entre o jovem, a escola e a sociedade local faria o jovem pensar em permanecer na localidade, pois, por ele, seria levado em consideração a satisfação de estar morando e convivendo junto a sua comunidade.

Para tanto, à escola caberia organizar metodologias diferenciadas para trabalhar e dialogar com seus alunos, através de alternativas de lazer, aprendizado e valorização do território local, onde o trabalho realizado pelas famílias dos jovens fossem contextualizados com os conteúdos escolares, construindo assim, uma visão diferente para o jovem em relação à sua possível permanência ou saída do campo. Ao trabalhar dessa forma, os alunos poderiam ser mais ouvidos pela escola, pois os mesmos sentem e almejam por uma escola que tenha sentido para eles, que dialogue com suas realidades, conforme fala de dos próprios alunos, demonstrado nas redações apresentadas neste trabalho, ao sugerir aulas diferenciadas, melhorias da estradas, condições de transporte, pois ao não serem ouvidos pode nos levar a pensar que são dificuldades de aprendizagem, quando pode ser a consequência da falta de vinculo da escola com as vivencias cotidianas dos estudantes, para que a escola fizesse mais sentido para aquele território.



Quanto a permanecer ou sair do campo, é um acontecimento, muitas vezes inevitável, no entanto, à escola cabe conscientizar esse jovem, sobre sua participação e contribuição na sociedade, que, estejam onde estiverem, poderão defender os direitos das populações camponesas, através da manutenção de suas identidades e valores trazidos do campo e da família. A responsabilidade do dilema do jovem entre ficar e sair do campo não pode ser atribuída somente à escola, pois existe um conjunto de ações que envolve o sistema em geral, quando este não fornece aos diversos povos o que lhes é de direito em seus ambientes de origem.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Eliseu. **Migração rural e Urbana, Agricultura familiar e Novas Tecnologias: Coletânea de Artigos Revistos.** Editor técnico, Eliseu Alves. – Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2016.

ARROYO, Miguel G. **Do trabalho e das lutas no campo para a EJA – que radicalidades afirmam?** 2017.

Brasil. Conselho Nacional de Educação\ Câmara de Educação Básica**.** Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002.

GONZAGA, José Guilherme Franco. **Possibilidades Educativas nas ações coletivas do MST — Reflexões Teóricas e Epistemológicas.** Dissertação de Mestrado - Niterói, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática**. Editora Alternativa. 5 edição. Goiânia. 2004.

LOPES, J. Sergio Leite. O Poder do Atraso - Ensaios de Sociologia da História Lenta José de Souza Martins. **Folha de S. Paulo – O moderno e o arcaico.** (01/05/1995). Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/01/caderno_especial/13.html

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PERIPOLLI, Odimar. O Processo de esvaziamento do Campo entre jovens camponeses: Os desafios colocados à escola. **Revista da Faculdade de Educação.** Ano IX nº 16 (Jul./Dez. 2011) Disponível em: http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_16/artigo_16/77_93.pdf

TOLEDO, Eliziário.; TONI, Fabiano. Existe um processo de esvaziamento populacional nas regiões rurais brasileiras? In. **COLÓQUIO – Revista do desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 13, n. 1, jan./jun. 2016.** Disponível em: https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/381/319

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **A introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo, 1990.